

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

José Carlos Souza Trindade

Vice-Reitor

Paulo Cezar Razuk

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Diretor-Presidente

José Castilho Marques Neto

Editor Executivo

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Conselho Editorial Acadêmico

Alberto Ikeda

Antonio Carlos Carrera de Souza

Antonio de Pádua Pithon Cyrino

Benedito Antunes

Isabel Maria F. R. Loureiro

Lígia M. Vettorato Trevisan

Lourdes A. M. dos Santos Pinto

Raul Borges Guimarães

Ruben Aldrovandi

Tania Regina de Luca

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

HISTÓRIA

ISSN 0101-9074
HISPDZ

História	São Paulo	v.21	p.1-331	2002
----------	-----------	------	---------	------

UM PCB É POUCO, DOIS É BOM, TRÊS É DEMAIS. A PARTICIPAÇÃO OPERÁRIA NA POLÍTICA DO PÓS-GUERRA¹

Antonio Luigi NEGRO²

- RESUMO: O artigo retoma a proposição acerca da discrepância entre a estrutura hierárquica e organizacional do PCB e sua experiência de mobilização e lutas sociais. Identificando-a no fim da Segunda Guerra Mundial, sugere seu prolongamento nos anos 1950. Em acréscimo, propõe que, ainda assim, o PCB era um sujeito político fundamental para a concretização do trabalhismo inventado por Vargas e seu Ministério do Trabalho. Pois estava, junto com os trabalhadores, no centro da "reinvenção do trabalhismo".
- PALAVRAS-CHAVE: sindicatos; trabalhismo; comunismo.

I

Notório especialista na matéria laboral, o diretor do Departamento Nacional do Trabalho (DNT) Gilberto Crockatt de Sá preparou, em 1955, um parecer em que justifica o motivo de se negar aos comunistas o direito de assumirem os postos para os quais estavam sendo eleitos – em quantidade preocupante – nos pleitos sindicais de todo o Brasil.³

1 Versão anterior foi apresentada no I Fórum de Pesquisa do Programa Associado de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Estadual de Londrina. Maringá, 8 a 10 de novembro de 2000. Desejo registrar o influxo de parcerias com Alexandre Fortes e Fernando Teixeira da Silva.

2 Departamento de História – Universidade Federal da Bahia – UFBA – 40210-730 – Salvador – BA.

3 "Legal Opinion ... Concerning Denying Communists the Right to Lead Brazilian Trade Unions". National Archives II (Nara II), General Records of the Department of State (GRDS), Record Group (RG 59), Central Decimal File, 1955-59, box 4308, 832.06/2-155.

Abraçando uma visão complacente do operariado brasileiro, Crockatt de Sá defendeu teses preciosas aos mentores do trabalhismo, movimento operário (sindical e urbano) composto, mas não necessariamente regido, por Getúlio Vargas e pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC).⁴ No citado parecer, foi feita alusão à velocidade da onda de industrialismo e urbanização. Ante o acúmulo de um operariado industrial em cidades que passavam por uma fase industrial inédita, Crockatt de Sá afirmou que essa *nova classe operária* era jovem e imatura e que não dispunha de “tradição trabalhista”, carecendo da “permanente e vigilante assistência do poder público”.

Nessa perspectiva, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era um aproveitador. Usava os sindicatos para instrumentalizar a pressuposta índole de disciplina, serventia e docilidade dos trabalhadores, algo próprio a uma infiltração maquiavélica e manipulatória. Desdobrando esse raciocínio, introduzia-se a acusação do caráter espúrio ou a denúncia da falta de “autenticidade” do sindicalismo no qual militavam os pecebistas ou, dependendo da conjuntura histórica, no qual militava a aliança nacional-reformista entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o dito PCB.⁵

II

Crockatt de Sá mobilizou idéias para que o Ministério do Trabalho, mais uma vez, conseguisse debelar o avanço das esquerdas por sobre os sindicatos. Ele lançou mão da tese do despreparo e incompletude do operariado brasileiro para fundamentar uma política de controle. Em acréscimo, defendeu a crença na índole cordial e pacífica de uma personagem: o “trabalhador comum”, geralmente um homem adulto, de cor não-branca, sem qualificação profissional e de origem migrante – um “humilde”.

Essa representação do trabalhador brasileiro era cara ao trabalhismo varguista. Ao enaltecê-lo, promoveram a valorização da mão-de-

4 Sigo a tese de o trabalhismo ter sido, de fato, inventado. Procuo, então, emendar que foi também objeto de uma “reinvenção”, mas dessa vez por parte dos trabalhadores (o que o conduz aos limites da ruptura). Ver Gomes (1988), Fortes & Negro (2002, p.49). Ver também Negro & Silva (no prelo).

5 Após a queda de Perón em 1955, James (1988, p.250) também observa uma “imagem geral propagada pela mídia” de “violência e fraude” da liderança sindical sobre os trabalhadores, o que fundamentava a crença na subserviência do operariado ante autoridades políticas, empresariais ou sindicais.

obra de nacional (Gomes, 1982). Ao protegê-lo, zelavam a experiência dos trabalhadores quanto à luta de classes e à exploração patronal. A convicção de que um operariado fraco era presa dos capitalistas e de que isso oferecia às esquerdas uma oportunidade para orquestrarem mobilizações levou Vargas, entre outros motivos, a outorgar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), baixada no Primeiro de Maio de 1943. Desde logo, o fato de a CLT ser apenas um caderno de leis – leis freqüentemente ignoradas pelos patrões – com um sem-número de regulamentos não alterou o sem-número de queixas de trabalhadores submetidos ao despotismo fabril.

Avessos a uma intervenção considerada indevida, os empresários resistiam aos detalhamentos legais. No Triângulo Industrial paulista do ABC, parte deles vislumbrou no “capitalismo de bem-estar” (French, 1995, p.70, 71) uma alternativa à outorga varguista. Porém, nem com essa iniciativa o empresariado cogitou o abandono do despotismo fabril ou pensou em aceitar uma representação operária para a negociação direta das queixas existentes.

Some-se a isso o fato de o quinto título da CLT, que dispõe a estrutura sindical, não oferecer nada acerca do direito sindical à representação de base. Como resultado, nas fábricas, o antigo hábito da sindicalização operária sem pedir licença ao Estado e aos patrões não foi tocado. Quer dizer, não foi regulado: nem contemplado nem proibido.⁶ Então, antes e depois da CLT, o que os trabalhadores fizeram foi permanecer selecionando seus representantes e a envolver-se com suas delegações, comitivas, células e comissões, com vistas a procurar o sindicato, um chefe, a gerência ou um político. Sem que isso fosse uma pretensão absoluta, mas sempre com dificuldade, foi possível animar órgãos mais estáveis, obtendo-se algum reconhecimento.

Se pensássemos a fábrica como um mapa, em poucos lugares era permitida, pela polícia ou pelos patrões, a existência de espaços próprios aos trabalhadores. Nos seus arrabaldes, as ruas, praças e botecoquins. Dentro, as “rodinhas” ambulantes, os banheiros, os cantos. Para o patronato, um comitê de fábrica representava a conquista de uma base muito menos tolerável.

De sua parte, os sindicatos disponíveis não eram negligenciáveis. Mesmo atrelados ao Estado, eram das poucas entidades reconhecidas

6 Se os trabalhadores brasileiros possuíam direito à agremiação sindical, não gozavam do direito de sindicalizar a fábrica. A propósito, ver Hall (2002, p.14).

com base em algum princípio classista (Hall, 2002, p.25). Antes da criação do PTB e da legalização do PCB (ambas sucedidas em 1945), os comunistas e a base social que os sindicatos abrigavam não haviam descartado as instituições do primeiro governo Vargas (1930-1945). Os indiretos mecanismos de representação e negociação não eram malvistas; os comunistas eram defensores da unidade sindical e também gostavam da idéia de uma estrutura sindical verticalizada; a Justiça do Trabalho não era – sempre e necessariamente – um mau negócio; o direito à sindicalização era algo importante; assim como outros; e era possível acrescentar greves, intersindicais, partidos, células, rodinhas, assembleias e comitês ao trabalhismo de Vargas.⁷

III

No fim do Estado Novo, enquanto Vargas e seu ministro Marcondes Filho (1941-1945) urdiam a inventiva do trabalhismo, os trabalhadores tanto resistiam ao despotismo fabril quanto se ressentiam da falta de democracia, vibrando com o desempenho dos aliados ante o nazi-fascismo. Semelhante à conjuntura do “novo sindicalismo” em 1978, foi exatamente por meio da apropriação da institucionalidade sindical que o movimento operário – irresistível – renasceu com um sem-número de greves, reivindicações, comitês de base, campanhas e organizações (Costa, 1995).

Assim, os sindicatos só podiam viabilizar o corporativismo (uma expectativa neles depositada pelos inventores do trabalhismo) se dispusessem de um mínimo de força política, o que significa um mínimo de “vida associativa” (Fortes, 1999, p.41). Necessitavam estabelecer, assim, algum vínculo entre suas bases e o acesso aos direitos sancionados em lei. Logo, os dirigentes tinham de dar respostas aos conflitos verificados nas fábricas, em sua esmagadora maioria recortados pelo rude termo da luta de classes.

As correntes a apostarem na organização da classe trabalhadora a eficácia e o futuro de seus projetos nada tinham a fazer a não ser procurar uma saída para a sindicalização fabril. Em vias de reanimação, o

7 Desde 1930, o governo Vargas não eliminou a confrontação e a negociação diretas entre capital e trabalho, o que, como decorrência, não exilou o movimento operário do seu território, o chão da fábrica. Preconfigurado em 1935, somente o Estado Novo sobrepujou a força da classe trabalhadora. Ver Fortes & Negro (2002, p.39-41).

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC) encaminhou sua resposta. Por meio de grupos subterrâneos ou de representantes apontados em assembleias, esse grêmio formou delegações e comissões, procurando interessar o operariado com assuntos que lhe diziam todo respeito. Ao mesmo tempo, não necessariamente na contramão, era comum o fato de os dirigentes serem procurados na sede do sindicato por grupos tirados nas fábricas com o encargo de resolver os muito comuns queixas efervescentes no chão dessas fábricas. (Com um pouco mais de urgência, também eram procurados por gerentes interessados em aplacar descontentamentos ou paralisações, para o que, nessas horas, consideravam vital o concurso dos sindicalistas.)

Não era um fenômeno isolado. No fim da guerra, a disseminação de mobilizações e greves varreu o sindicalismo brasileiro de ponta a ponta. A intensa associação operária abalou a CLT, mostrou que os trabalhadores possuíam capacidade de influir no processo de redemocratização e chocou-se com diretorias sindicais estabelecidas. Eram “ventos libertários”, sintetizou o futuro dirigente Philadelpho Braz, que se filiou ao SMABC em meio a “euforia de liberdade” com a derrota do nazi-fascismo (Valim, s.d., p.41).

Nas comemorações do Primeiro de Maio de 1943, quando foi promulgada a CLT, “nós participamos da concentração do Pacaembu”, lembrou-se Miguel Guillen. Por causa disso, durante a cerimônia, o chefe do Estado Novo teve de haver-se com “uma porção de cartazes que os trabalhadores portavam reivindicando liberdade sindical, aumento de salários, eleição direta para presidente da República, anistia aos presos políticos”. “Ele naturalmente queria aplauso e tinha”, reconheceu Rolando Fratti (outro militante do PCB), observando que, no meio da “enxurrada de gente”, vinha “gente de esquerda” e “a gente aproveitava isso”. Ainda no fim de 1943, os trabalhadores da Pirelli abriram um precedente histórico ao conquistarem o abono de Natal, o atual 13º salário. Com isso, “a coisa estourou” e, “aproveitando o embalo na Pirelli, os trabalhadores passaram a reivindicar o abono de Natal”, direito consagrado em lei apenas em 1962.⁸

8 Valim (s. d., p.41-4). Entrevista de Rolando Fratti ao Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (PMO-Cedi), s. d. Há outro registro de Guillen sobre esse Primeiro de Maio de 1943. “O Getúlio engoliu tudo que fosse reivindicação”. Ele “engoliu o problema das liberdades sindicais, engoliu a decretação da guerra contra o nazi-fascismo e engoliu também o pedido de ... anistia, inclusive o de Luiz Carlos Prestes, que era o que fedia mais para eles”. “E ele disse: ‘atenderei o que vocês estão pedindo’. Aí a coisa começou a andar” (*Diário do Grande ABC*, 7.10.1979).

Ao visitar o ABC nesse mesmo ano, o pai dos pobres **precaveu-se** como ditador. Segundo Braz, "todo o pessoal foi recolhido". "A polícia política tinha permissão dos empregadores para 'limpar a área'". Hospedado pelo interventor Ademar de Barros na casa do industrial Roberto Simonsen, Getúlio viera para a inauguração da Cerâmica São Caetano, a primeira usina brasileira de refratários no país, de propriedade do mesmo Simonsen (em conjunto com Armando de Arruda Pereira). Interessado em quebrar o gelo dos paulistas – e visando a ser simpático aos trabalhadores –, "o Getúlio pegou uma dessas telhas ... Ficou em pé em cima da telha. E a telha não quebrou, mesmo parecendo um tablete de chocolate" (Medici, 1993, p.389). Sorridentes com o malabarismo de Vargas, empresários e trabalhadores se congraçaram no entusiasmo do nacional-desenvolvimentismo.

IV

No pós-guerra, diferentemente dos anos 1970, o PCB não era o "partidão" vencido e despedaçado por um regime militar, pela repressão, assim como fustigado por cismas e críticas. Diversamente, o PC eletrizava a simpatia vinda dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo – questão hoje na ordem do dia de outras siglas partidárias –, o afã de seu núcleo dirigente de alinhar uma ampla aliança, ansiando pela receptividade de uma força centrista, chama a atenção para a relação partido-sindicato, ou para a relação entre autonomia e instituição.

Pois, em paralelo às costuras feitas no nível da "Grande Política", os movimentos sociais se batiam por direitos e reivindicações continuamente desrespeitados ou desdenhados pelas classes dominantes, demandas estas que a linha pecebista enquadrava como interesses corporativos – ou radicalizados ou descoordenados.

Encontradas em pesquisas diversas, as ambigüidades, contradições e oscilações do Partido Comunista ante as lutas sociais marcaram a conjuntura do imediato após guerra.⁹ Tais tensões – a razão para Marco Aurélio Garcia cunhar o termo "dois PCs" – se prolongaram num zi-

9 Paoli (1988, p.375, 397, 407), Costa, (1995, p.43, 56, 82), Silva (1995, p.109-13), Wolfe (1993, p.5, 135, 189). Ver também Negro (2001, p.142 ss.).

guezagueante e intermitente desquite, uma separação coabitada na relação entre os movimentos e o partido.¹⁰

Autor cuja abordagem é bem distinta, Alexander (1967, p.91) indviduou o mesmo dilema e o equacionou usando termos similares. Ante um recém-nascido PTB e sindicalistas dependentes do regime estadonovista, o PCB rapidamente ascendeu a uma posição de amplo destaque, referência a que chegou, inclusive, mediante acórdão selado com o ditador Vargas. Livre da prisão, Prestes desde logo pronunciou-se favorável à Constituinte com Getúlio, apoiando o "queremismo"; em troca recebeu o PC uma certa tolerância da parte do governo federal. Ao lado de muitos trabalhadores quememistas, os comunistas tiveram de sustentar essa posição também "a despeito de servirem como centro de aglutinação para a maioria dos trabalhadores anti-Vargas".

Tal bipolaridade se reproduziria nos desdobramentos subseqüentes. French repara que, após a queda de Getúlio, os comunistas se incomodavam "com os discursos de improviso de oradores anônimos que culpavam pela má situação a expulsão de Getúlio Vargas" (French, 1995, p.165). Para o PCB, os trabalhadores deviam atender à convocatória da "ordem e tranqüilidade", deixando de lado o combate às forças anti-Vargas. Assim, vale notar que o partido que era a principal agremiação para os trabalhadores reinventarem o trabalhismo (pois muitos se valiam do par PCB e trabalhismo para voltar-se contra seus patrões) também era o "príncipe" que mostrava o caminho da frente antifascista.

Essa duplicidade originou-se no atrito entre o apego à auto-imagem do comitê central como único sujeito histórico capaz de entender e modificar o capitalismo brasileiro com a experiência de o PCB ser expressão – institucional e social – das diferenças e conflitos vividos pelas classes subalternas. Nas palavras de Garcia (1987):

uma cisão emergiu entre o PCB "movimentista", que respondia às pressões das bases operárias e populares, e que foi alçado à testa de movimentos espontâneos surgidos nas fábricas e bairros, e a estrutura dirigente do partido, a qual não hesitou em ordenar o "apertar os cintos" ou em subordinar demandas "corporativas" a metas políticas mais abrangentes. (apud Paoli, 1988, p.398)

Vale dizer que é preciso desistir do antagonismo entre "PC da cúpula" (maquiavélico e burocrata) *versus* "PC das bases" (autônomo e repre-

10 Garcia (1987). Hoje extraviado, esse manuscrito encontra-se parcialmente transcrito em Paoli (1988, p.397, 407). Em outra ocasião, Garcia (1986, p.206) escrevera: "não houve um Partido Comunista Francês, mas vários". Ver também: Garcia (1982, p.12-3).

sentativo).¹¹ Pois tanto havia dirigentes com trânsito e representatividade na base quanto havia gente, na base, ambicionando uma via expressa até a cúpula (para quem a defesa doutrinária da linha oficial era a posição mais adequada). Mesmo assim, em certos momentos, os arranjos costurados podiam opor a organização ao movimento, ou um partido de quadros a um partido de massas. Ou também: um partido instituído no Parlamento pelos movimentos sociais, mas, ao mesmo tempo, servo da lógica institucional.

Precisamente pelo fato de ser um desconhecido, designado pela célula à qual acabara de aderir para se infiltrar no organograma do sindicato dos têxteis, um humilde faxineiro ouviu, em 1944, a cifra que, segundo o próprio, balizou sua biografia nos vinte anos seguintes. "Você deve ser um militante do Partido no sindicato e não um representante do sindicato no Partido! Entendeu?". Hércules Corrêa acredita que sim, que entendeu, e crê ter sido "atropelado" pelo entendimento quando Jango foi derrubado, tendo caído junto com a dissolução do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), do qual era máximo dirigente.¹²

Não só a sua trajetória estava sujeita a encruzilhadas; o próprio Hércules cai em contradição na sua autobiografia. "O partido mandou, a gente obedece e pronto", escreveu ao relatar uma "demonstração pública de hostilidade": a imposição do funeral de Stalin aos usuários da estação férrea de Triagem, no Rio de Janeiro. Três anos antes, tocara a vez de o partido parar a Odeon, contrariando seus empregados.

Ai deles:

tínhamos fé inabalável nessa compreensão do exercício da greve. E coitado de quem não tivesse. Coitado de quem não estivesse informado do verdadeiro significado de uma greve de fábrica ou discordando que sua luta por aumento salarial tivesse objetivos mais profundos.

11 Isso acontece na explicação da ciência política uspiana sobre trabalho e populismo na política brasileira, nas pesquisas de Weffort sobre o pós-guerra, na de Moisés sobre a "Greve dos 300 mil" e na de Munhoz acerca da "Greve dos 400 mil", respectivamente em 1953 e 1957. Ecoando abordagem gramsciana, que opõe espontaneidade operária *versus* direção partidária consciente, a autopropulsão das bases oferece perigo aos dirigentes implicados em acordos populistas. A solução para o problema da organização sindical nos locais de trabalho, bem como da autonomia, recai na escolha das cúpulas, minimizando-se os efeitos das greves e a repressão da aliança empresarial-policial. Vale notar, ainda mais, outro procedimento: ao tratarem da associação das bases de modo em conjunturas específicas, pouco nos deixam saber a respeito do que as precede ou as sucede, dentro das empresas onde os trabalhadores se associam. De fato, essa questão não parece relevante pois a cada espasmo espontâneo de auto-organização corresponde um cancelamento partidário (Weffort, 1973; Moisés, 1978; Munhoz 1978).

12 Corrêa (1994, p.8, 50, 51, 59, 61, 62). As citações dos três parágrafos seguintes provêm dessa fonte.

Em outra passagem, Hércules relata sua resistência às diretrizes oficiais, lembradas como desmandos. "Tudo maluquice", indigna-se, criticando o tratamento dos birôs políticos. Vendo-se como um sindicalista *de* esquerda, e não *da* esquerda, Corrêa argumenta:

nós que trabalhávamos nos sindicatos, no dia-a-dia e na prática, estávamos cada vez mais distantes do pensamento da direção. E aqui é preciso deixar uma coisa bem clara – o PCB não era, nunca foi, apenas sua direção.

Mais recentemente, recordou:

quando chega ... 1946, o Partido defende a política de apertar o cinto. Foi quando todos nós operários nos revoltamos ... Eu reagia, porque entrei no Partido por causa da política que ele tinha. Eu não entrei porque tinha estatuto, porque tinha marxismo, porque tinha Lenin ... Eu não queria saber disso!³

V

Com efeito, o PCB se dividia. Queria ser o partido da classe operária, mas o temor ao espraiamento das paralisações surgidas nas fábricas a partir das forças ativadas dentro dessas mesmas fábricas levou o Comitê Central a condená-las. Nas bases, igualmente, os pecebistas se cindiram: conseguiram evitar paredes ou desarmá-las ou se puseram ao seu lado e à sua testa.

Segundo as reminiscências do militante Armando Mazzo, até seria possível desarmar uma greve, dar uma resposta ao descontentamento operário, observar a linha partidária e manter o moral elevado. Em janeiro de 1945, uma paralisação irrompe na General Motors (GM). Chamados ao telefone para comparecerem na usina, os sindicalistas reagiram com surpresa e perplexidade. À época procurador do SMABC, para Mazzo, a situação era "deveras embaraçosa": operários protestando parados em plena vigência da Lei do Esforço de Guerra (que proibia greves). "Como sair dessa?", perguntou-se.¹⁴

13 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *A contradita. Polícia política e comunismo no Brasil 1945-1964*. Entrevistas com Cecil Borer, Hércules Corrêa dos Reis, José de Moraes e Nilson Venâncio. Rio de Janeiro, manuscrito, p.81.

14 "O cargo de procurador" era "invenção dos comunistas de Santo André", sendo idealizado para não tirar os diretores sindicais do convívio com os trabalhadores nas fábricas (ver Mazzo, 1991, p.81-83). As citações dos sete parágrafos seguintes provêm dessa fonte.

As proporções que essa parada podia tomar se fizeram sentir quando Mazzo e Euclides Savietto foram interceptados por soldados, que os fizeram descer do coletivo em que embarcaram para subir num jipe. “Chegamos. No pátio, reunidos, estavam todos os operários em greve. Nos inteiramos do acontecimento”. A maior pressão pela volta ao trabalho partia não só do advogado da firma, mas do tenente do Exército a cargo do bom andamento do esforço de guerra. Por isso mesmo, quando o militar foi aparteado por Savietto na sua falação aos grevistas, o episódio começou a ser resolvido. Instado a referir-se ao Exército brasileiro como “glorioso”, o ímpeto do tenente arrefeceu-se. Inversamente, agraciado pela “salva de palmas dos grevistas”, que exultaram com o aparte, Savietto “subiu em uma bancada e proferiu veemente discurso”. Condenando o nazi-fascismo, enalteceu a gloriosa Força Expedicionária Brasileira (FEB), exaltou os pracinhas na Itália e previu o fim do conflito, desta feita elogiando o Exército Vermelho, por estar “[...] levando de roldão os exércitos alemães”. “Até o tenente bateu palmas” ..., orgulhou-se Mazzo em suas memórias.

Com presença de espírito, Savietto vislumbrou uma proposta conciliatória, alfinetando a GM e cumprindo a lei do esforço. Ele apresentou um acordo em que não só a empresa cedia ante as reivindicações dos seus empregados (e destinava parte de seu lucro para a FEB), como também os grevistas descruzariam os braços, doando uma hora diária de seus ordenados aos pracinhas. Quando terminou, o silêncio era total. Tocou então a vez de Mazzo de conduzir a cena: pediu a palavra, subiu na bancada, endossou a oferta e colocou-a em regime de escrutínio, sendo aprovada por aclamação. Na seqüência, os dois sindicalistas, uma comissão dos operários da GM – escolhida na hora entre os grevistas –, o diretor da firma, seu advogado e o tenente foram ao escritório sacramentar o acordo. Resultado: “o número de sindicalizados aumentou. Nosso prestígio também”.

Em outro importante reduto – a Mineração Geral do Brasil (MGB) –, também podemos assistir ao modo como – idealmente – os comunistas queriam manter o movimento operário dentro da “justeza” e longe da “agitação”. Nova chamada telefônica leva Mazzo ao meio dos operários. Na companhia de Catarino, ele rumou para São Caetano. Ao chegarem, ambos perceberam a apreensão dos executivos. A firma temia a eferescência do descontentamento e se inquietava, mais ainda, com a iminência de uma paralisação, o que provocaria atraso na entrega dos pedidos. Os dois sindicalistas solicitaram permissão para uma visita *in loco* e logo constataram insalubridade e periculosidade. Prosseguindo

em suas solicitações, requisitaram o direito de falar com os trabalhadores. Aquiescidos, os convidaram a comparecer no sindicato.

Na mesma noite, foi alta a freqüência na subsede de São Caetano do SMABC. Porém, o presidente Euclides Savietto, João Fuchs (diretor da subsede), o advogado Lázaro Maria da Silva, Guillen, Catarino e Mazzo consideraram-na insuficiente e concitaram os presentes a virem a uma nova reunião. Na manhã do domingo seguinte, os trabalhadores da MGB realizaram outra assembléia, mas o resultado foi igualmente desaprovado. Os presentes concluíram ser preciso um contrato contemplando as questões específicas de todas as seções da usina. Portanto, sucessivamente, marcaram mais encontros. Ao seu fim, havia ocorrido uma maior aproximação entre dirigentes, ativistas e trabalhadores.

Quando se deram por prontos, marcaram uma assembléia dentro da fábrica. Frente a frente, executivos e seus advogados sentaram-se à mesa com um operário da comissão sindical da empresa, Fuchs, Dr. Lázaro e Savietto. Vários acomodaram-se nos caixotes e tábuas arrumados de improviso. Savietto abriu a reunião e passou a palavra ao advogado dos trabalhadores, que convidou o procurador Mazzo a ler a minuta do contrato. O mesmo Mazzo, muitos anos depois, exulta com o resultado das negociações. “Finalmente”, ele escreveu, “o primeiro contrato coletivo de trabalho foi aprovado sem a tutela do Estado, isto é, do governo e seus ministérios e sem a presença da odiosa polícia política”.

As partes sacramentaram o acordo firmando suas assinaturas; o clima era de regozijo. O advogado da MGB deitou fala elogiosa ao “senhor Armando Mazzo”, enaltecendo seu empenho em obter a “harmonia entre empregados e empregadores”, exemplo de “paz social”. Dirigindo-se à audiência, Mazzo invocou: “Diretores da Mineração!”, “Companheiros operários!”. Prosseguindo, alegou que a paz social jazia adiante daquele episódio e exortou os trabalhadores a conquistarem “tudo o que existia na face da terra”. “Fui muito aplaudido”, registra nas memórias. Porém, o advogado da empresa talvez tenha tido a gana de retirar seus elogios. Além disso, quem sabe o que passou pela cabeça dos executivos? Sentiram saudades da prestimosa polícia?

Por causa de uma “greve branca” ocorrida em fevereiro de 1946 na Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia (CBMM), colhidos por aquela mesma polícia, três depoimentos nos permitem enxergar mais aspectos importantes. O engenheiro russo Zaminhovski argumentou que “a nomeação ou eleição de uma comissão de operários” para representar o SMABC vinha provocando “contínuas restrições” à produção. Além disso, a comissão reforçou a liderança de João Fuchs. De sua par-

te, o encarregado José Alvares descreveu como a seção que chefiava, a expedição, foi atingida pela parede. Iria ter "barulho" caso não aderissem, escutaram de um grevista. Disposto a resistir, Alvares relatou ter ordenado "a seus operários que se recolhessem", visando a despistar e manter o serviço. Nesse momento, ele se deu conta das passeatas a percorrer a fábrica e a impor a greve. Pior, ele também ficou sabendo da presença de um grupo de operários vindo da Companhia Mecânica e Importadora (laminadora de ferros para construção), com Fuchs à sua testa, para fazer piquete na portaria da CBMM. Pior, mais duas fábricas haviam sido paralisadas.¹⁵

O depoimento do porteiro Toledo acrescenta dados relevantes. Ele falou de sua ida à assembléia da CBMM, no SMABC, com o fito de saber o que se discutia, acabando por presenciar a escolha de um comitê. Quanto à greve, ele declarou que o reforço dos operários paulistanos era por causa da fraqueza da iniciativa dentro da CBMM. Ocorre que, ao falar dos rumores de greve, o depoente fez referência à sua categórica confirmação por parte de um operário. "A comissão", de acordo com o mesmo operário, "já tinha ido ... a fim de se entender com os operários da Companhia Mecânica". Prosseguindo, o porteiro contou que um dos grevistas concitou seus colegas a aderirem com a alegação de que, "se a sua força não bastasse, havia o pessoal do Brás, que ali estava para isso". Nuançando a tese de o movimento ser fraco dentro da CBMM – algo diferente da tática de somar trabalhadores grevistas –, é a duração da paralisação, de cerca de um mês (segundo o primeiro depoente), ou de cerca de duas semanas, segundo outra fonte.

VI

Realizadas eleições presidenciais, depois da posse do general Dutra em janeiro de 1946, o PCB, embora defendesse o direito de greve na Assembléia Nacional Constituinte, mantinha a oferta de aliança ampla; mas talvez fosse mais uma busca do que uma oferta – uma busca inútil. Pois não parecia haver uma força, no centro ou na direita, disposta a aceitar acordos com o PC, ou dar vida a um "bloco histórico" progressis-

15 Depoimentos, 11 e 16.7.46. Arquivo do Estado de São Paulo (Aesp), setor DEOPS, 50-A-256, fls.2-11. As citações do próximo parágrafo provêm dessa fonte.

ta. Determinado, o PC ficou ao lado do general-presidente Dutra, não obstante sua hostilidade antioperária.

Conseqüentemente, nas bases sindicais, seus seguidores tiveram de se haver com a desgastante missão de classificar mobilizações com etiquetas de "justas" ou "de agitação". Os trabalhadores nas fábricas, por sua vez, permaneceram em choque com o despotismo fabril e os baixos salários, editando paralisações (Costa, 1995, p.70-71).

Afora a política dos trabalhadores não correr – nem sempre nem exatamente – na bitola que os partidos dispõem, a bandeira da paz social não se encontrava firmemente içada em nenhum dos lados dos conflitos de classe. Em carta pessoal a Roberto Simonsen, depois de aludir à calmaria das férias, o diretor da Cerâmica São Caetano e líder da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) Armando de Arruda Pereira reclamou: "apenas os rumores de greve não cessam". Em vista disso, ele então advoga uma postura mais decidida — "precisamos agora agir com certa firmeza" – e elucida sua exortação ao relatar um episódio que protagonizara.¹⁶

"Ontem", isto é, 21 de janeiro de 1946, ao chegar à fábrica, Pereira foi avistado por Nelson, que o alertou: "a oficina estava para parar". "Imediatamente, fui para lá". À situação encontrada, ele informou a Simonsen, se devia à suspensão de "um cidadão que não queria trabalhar, e que estava convidando os demais para pararem. Logo que entrei, uns quatro vieram ter comigo". O empresário de pronto perguntou-lhes se queriam conversar "sobre serviço ou sobre assunto de interesse deles". Responderam-lhe os quatro ser de sua vontade falar do "colega suspenso". Com transparência e objetividade, Pereira discorreu sobre o tema da compra e venda da força de trabalho, retrucando: "do momento que o apito tocava para dar início ao serviço, trocávamos serviço por dinheiro. Que eles estavam ganhando para trabalhar e não para tratar de outro assunto". Prosseguindo, sentenciou: "na hora de serviço só há duas qualidades de trabalhadores na fábrica: os que estão trabalhando ou os que estão em greve". Se os quatro recaíssem na segunda *qualidade*, havia como "fazer com que saíssem da fábrica". O grupo recuou, mas avisou de seu retorno na hora do almoço.

16 Carta, 22.1.1946. PMO-Cedi. Salvo quando expressamente registrado, as citações dos nove parágrafos seguintes provêm dessa fonte. Todos dirigentes da Fiesp, junto com Euvaldo Lodi, Roberto Mange, Morvan Figueiredo, Rafael Noschese e Mariano Ferraz; Armando de Arruda Pereira integra o círculo de Simonsen.

A carta mantém o tom triunfalista. Quando os mesmos quatro reapareceram, o capitão de indústria logo indagou a um deles “se era irmão, cunhado, compadre ou parente” do homem punido. Ante a negativa, Pereira manteve-se incisivo: “ora, se vocês não são nem parentes nem advogados dele, em que posição é que vêm falar por um cidadão maior de 21?”. A terceira interrogação insinuou enveredá-los na política: “vocês são chefes de alguma agremiação?”. Diante de nova negativa, Pereira recusou-se a conversar e reproduziu uma máxima empresarial: “nada tenho a falar com vocês, porque a disciplina da fábrica só compete à administração”.

Quanto ao abaixo-assinado por aumento de salário, os tais quatro ainda ouviram uma negativa. “Quem estivesse satisfeito, trabalhasse”. Quem não estivesse, devia proceder “como gente” e tomar a única atitude cabível (na ótica de um patrão): “pedir a conta e ir trabalhar noutro lugar”. Apesar da enérgica reação de Pereira, o pessoal dos ladrilhos não esmoreceu, forçando a diminuição de cerca de mil peças por prensista.

Segunda-feira, 28, aconteceria uma nova “conversa”, mas Pereira relatou nutrir a expectativa de ter a seu favor os efeitos da *dura conversa* com os quatro operários da oficina. Dureza não era propriamente uma temível novidade para os trabalhadores da Cerâmica. “Hoje temos centro de treinamento”, comparou o supervisor Diamantino, mas “na época não”. “Na época, colocávamos o empregado novo ao lado de um antigo e pronto. Era um trabalho duro: caixas de ladrilhos com 37 quilos eram transportadas pelos operários, na cabeça. Eram feitas pilhas de quatro, cinco metros. Uma dificuldade”. Quando entrou na fábrica em 1942, o montador de sílica Indelicato reparou que “via-se muito o vigor físico do homem. Para ser admitido, era preciso que tivesse força. Porque tudo era feito mais ou menos manualmente” (Medici, 1993, p.380). No enfrentamento das suas condições de trabalho, os operários da Cerâmica se valiam de seu vigor e tarimba; sabiam malear o esforço sem serem moleirões.

Continuando, a correspondência de Armando Pereira volta no tempo uns quinze dias e conta as ocorrências que haviam-no inspirado a atuar com tanta firmeza, relatando, inicialmente, uma reunião da Fiesp no dia 8 de janeiro de 1946. A grande assistência deixou repleto o salão de assembléias. Os industriais debateram as atitudes dos operários em várias fábricas e resolveram, por unanimidade, “fazer ‘Resistência’”, isto é, “no caso de os operários se retirarem do serviço”, deveriam trancar suas fábricas, procedendo tal qual Severino Vieira, de Sorocaba. Antes de se despedirem, os presentes ouviram a intervenção de Pereira

que os exortou a não mais “consentir que fossem feitas leis que nos dizem respeito sem sermos ouvidos”. “Os comunistas tinham organização, união e disciplina”, alertou-os. A “classe” deles tinha de se unir também. Despertos, os industriais combinaram a confecção de uma “lista de indesejáveis”, ou seja, um rol dos operários “postos para fora por [serem] fomentadores de barulho e mazorca”.

“Tudo isso ficou combinado. Mas... dias depois”... Dias depois aconteceram as “cousas” que motivaram Pereira a ser implacável, a querer fazer da Cerâmica um exemplo, honrando sua sociedade com Simonson. Primeiro, muitos dos industriais que na Fiesp “falaram grosso cederam”, dando aumentos. Irritados, mas não sozinhos, Pereira, Antônio Devisate (futuro presidente da Fiesp) e Mariano se encontraram, na quarta, 9, com Macedo Soares, interventor em São Paulo do PSD. Após os cumprimentos, a comitiva louvou “a ação que tinha sido desenvolvida pela polícia”, fazendo o visitado falar ao telefone para convocar um certo Dr. Pedro, cuja presença provocou uma segunda louvação dos industriais. Após, eles se debruçaram sobre as medidas de deportação de estrangeiros envolvidos em greves.

Posto a par da decisão da Fiesp de resistir, Macedo Soares aconselhou os empresários a não darem caráter de locaute às suas represálias contra os trabalhadores. Ao seguir o sutil protocolo das tramas palacianas, sugeriu – “somente” – o cumprimento da lei. Mostrando familiaridade com “esse assunto”, identificou na lei antigreve o vetor da represália. Elucidando seu ponto de vista, disse:

quando a polícia prendia um operário e mandava tomar nota dele como sendo grevista, eles se opunham, dizendo que não o eram, e assim o delegado aproveitava para dizer: “ou você é grevista, ou é trabalhador. Se não é grevista, entre na fábrica e vá trabalhar”.

Para esses homens, os capitães das indústrias não deviam fechar suas usinas por causa de sua ojeriza ante a visão de seus empregados a realizarem uma parede. Deviam ser rijos, isto é, manter os portões abertos e forçá-los a voltarem a produzir. Caso não fossem atendidos, deviam empurrá-los até a rua. Aí, mediante uma providencial chamada telefônica, a polícia iria cortar-lhes as asas com sua inquirição. Se fossem indesejáveis grevistas, se haveriam com cassetetes, sabres, animais, desemprego, cadeia. Se fossem “trabalhadores”, teriam de voltar atrás, aquiescentes aos pitos e apitos.

“Afinal fui introduzido na sala do Dutra”, o missivista Pereira escreve em tom de irritado resmungo. Ele apresentou ao general, presidente

eleito pelo PSD, os assuntos de sua visita. As greves vieram em primeiro lugar. Fazendo sentir o clamor patronal por uma "ação enérgica para tranqüilidade dos industriais", entre as medidas de força, citou a deportação dos estrangeiros e, "muito principalmente", acrescentou o pedido de não acontecerem mais recepções oficiais às delegações do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT). Essas missões, explicou o dirigente empresarial, voltavam para São Paulo cheias de "gás", tornando necessário dar um basta a esse estímulo.¹⁷

Nessa trama, o comportamento patronal na CBMM fora abominável e deveria ser banido. Seus administradores desconsideraram os avisos dos espias sobre uma paralisação, guarneceram a portaria apenas com zeladores, não ligaram para a polícia e aceitaram a presença de um líder sindical dentro da usina enquanto o piquete forçava a sua entrada diante de um punhado de porteiros e vigias. Isso tudo, depois de falar grosso em assembléia, era *afinar*. Na visão do quarteto Pereira e Devisate, Macedo Soares e Dutra, carecia convocar o piquete da polícia para a contraoposição do piquete grevista, impondo o retrocesso da onda de paralisação.

Os episódios relatados aqui comprovam que a medida de evacuar as fábricas para pôr os trabalhadores em greve nas ruas foi uma resolução ratificada tanto no recinto de debates da Fiesp quanto nos gabinetes da administração governamental do PSD. Em segundo lugar, fica evidente que só um piquete de trabalhadores do lado de fora da fábrica poderia fazer frente tanto à inquirição policial ("grevistas" versus "trabalhadores") quanto aos ataques das tropas de choque. Em acréscimo, deixam ver a trama e os meandros da perseguição aos estrangeiros, os quais, em acréscimo a italianos, portugueses e espanhóis, ainda podiam ser de etnias germânicas e do Leste Europeu.

Igualmente abominável, ou melhor, absolutamente abominável era um partido dos trabalhadores, mesmo se almejasse a ser, outrossim, o partido da "ordem e tranqüilidade". Nem o episódio que Mazzo narra a respeito do acordo na Mineração Geral do Brasil escapou de terminar desafinando. Como foi visto, essa inaudita tratativa direta – sem greves – foi encerrada com o representante dos patrões louvando a paz social. Na seqüência, o procurador Mazzo atacou a *odiosa polícia política* e conclamou os trabalhadores a se assenhorearem de tudo existente na face da terra. Já em posição de combate, o SMABC na Mineração e Metalurgia dirigem uma greve frontalmente antipatronal.

VII

Logo após o Primeiro de Maio de 1947, o PCB teve cassado seu registro de partido político e o SMABC foi submetido a intervenção do Ministério do Trabalho. O interventor que nomearam, Tércio Alves, era chefe do corpo de segurança privado da Laminação Nacional de Metais (LNM), cuja proprietária – a família Pignatari – era vista pela polícia como de propensões fascistas. Destituídos, vários dirigentes operários foram presos. Fundada em 1942, a cooperativa dos trabalhadores, que antes servira (entre outras coisas) para revitalizar um SMABC abalado pelo Estado Novo, foi "tomada" e "saqueada" pelas polícia política e de choque. Conforme apurou French, o decreto 23.046, que revogou os mandatos dos comunistas nos postos de direção sindical, foi um golpe certeiro também sobre o associativismo de base. Relatório trabalhista do adido diplomático estadunidense assinala que "a supressão das 'unidades de representação das bases, tais como os comitês de fábrica'", era um dos cinco "objetivos prioritários" do MTIC. Meses depois, em janeiro de 1948, o prefeito eleito de Santo André Armando Mazzo e sua bancada de vereadores (integrada, entre outros, por Miguel Guillen e Marcos Andreotti) foram cassados antes de tomarem posse.¹⁸

Frustrado e banido, o PCB desistiu da frente ampla e tomou seu lugar na guerra fria, adotando posições progressivamente desejosas de encontros frontais do movimento operário com o Estado e com o setor privado multinacional, o assim chamado "sindicalismo vermelho", mas mantendo, apesar da onda reacionária, um aceno à burguesia brasileira.

De novo, as diretivas careciam de enquadrar suas bases sindicais. Porém, tanto a edição de greves contra o "imperialismo" quanto a ordem de debandada dos sindicatos – agora desdenhados como "oficiais" – rumo a grêmios "paralelos" (autoproclamados "livres") não foram seguidas a contento.¹⁹ Apenas pensando na sua sobrevivência ou defendendo convicções divergentes, ou ainda com o objetivo de mover a luta interna, nem sempre a militância era a correia de transmissão do partido até a classe. Pois essa correia podia arrebentar-se em novo desgaste, o custo de agora ser o caso de transformar protestos ou paradas em medidas de força com os poderes público e econômico.

17 Em março, Dutra definiu sua posição antigreves ao baixar o Decreto-lei 9.070.

18 Aesp, setor DEOPS, 50-A-15. Entrevista de Rolando Fratti ao PMO-Cedi, s. d. De 1º de julho de 1947. O trecho do relatório trabalhista encontra-se em French (1995, p.329).

19 Buonicore (2000) tem visão distinta.

A edição de greves – agora inequivocamente definidas como a principal arma do proletariado – estava no centro da estratégia de embate frontal com toda a carga. Desde os anos 1930, se suas células e base social vinham sendo imprescindíveis à contraposição política oposicionista e à autonomia operária, as iniciativas de paralisações “de apito” (porque tiradas *de fora para dentro das usinas*) conduziram reservas organizativas e pessoais à sua quase completa exaustão, frustração e ruína. Para um alto comando aferrado à luta incondicional, essas reservas nem sequer podiam propor o recuo até uma posição onde, reordenadas, pudessem se preservar. No caso do sindicalismo paralelo, constatando o caráter sectário do comparecimento nos grêmios “livres”, a militância pecebista não deixou de freqüentar os sindicatos rejeitados como “oficiais”. Ambas as diretivas reatualizaram a dúplice experiência do PCB entre ser um canal de expressão do operariado e ser um dedo em riste a negar, ou a ditar, iniciativas.

Em 1949, após patrulharem as ruas no encalço dos *partisans* do Dia Internacional do Trabalho, as delegacias policiais do ABC procederam à sua rotineira parceria com as delegacias especializadas da ordem política e social, recebendo o polígrafo “Orientação para a Autoridade de Serviço em São Caetano”. Neste, o Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) informava à Delegacia de Polícia de São Caetano (DPSC) acerca da pretensão dos comunistas de paralisar a Rayon Matarazzo, no dia 20 de julho. Esperava-se que, na madrugada, quinze ativistas aparecessem no portão da fábrica pretextando pedir emprego. Após mobilizarem um grupo, deveriam partir para o concitamento à greve. “Se bem-sucedidos”, previa-se, “formarão grupos maiores, já com os grevistas da Rayon, e tentarão forçar a paralisação das demais fábricas de São Caetano”. Foi dado o alerta de que vários estariam armados.²⁰

A “orientação” antigreve compôs-se do deslocamento (sem “alarde”) de “grupos de choque” para Santo André e São Caetano. Às quatro horas da madrugada, tais grupos deveriam estar espalhados pelas fábricas, de onde, na tocaia, aguardariam para “entrar em ação”. Outro elemento eram os investigadores. Estes, na hora H, deveriam flagrar portes de armas e, conseqüentemente, proceder às detenções.

Quando percebessem quem integrava o grupo dos ditos quinze, os agentes deveriam capturá-los “imediatamente” e despachá-los (tam-

20 “Orientação para a Autoridade de Serviço em São Caetano”, 19.7.49. Relatório, 21.7.49. Aesp, setor DEOPS, 50-Z-435, fls. 165, 167. As citações dos próximos dois parágrafos provêm dessa fonte.

bém “imediatamente”) para o DEOPS. Uma outra determinação – “identificar os componentes do ‘Comitê de Greve’ da fábrica Rayon a fim de serem detidos posteriormente (não dentro do estabelecimento, para evitar revolta)” – aponta para a expectativa de haver um elo entre piquete e organização operária fabril. Além disso, a preocupação em quebrar a soma do comitê e seus seguidores com o piquete visava evitar que os grevistas saíssem marchando sobre os outros estabelecimentos. Se superassem todos esses obstáculos, os trabalhadores da Rayon Matarazzo se encontrariam então com o choque, ou melhor, com o piquete policial, a espreitar sua evolução.

Posteriormente, o relatório do delegado fez saber que não ocorreu a tal infiltração dos quinze. Para não perder a viagem, informou ter comandado a cobertura da distribuição de *O Orientador* e ter mantido “contato e ligação direta com a direção, vigilância e operários” da Rayon. (Notificou, ainda mais, que havia um atraso de onze meses no pagamento de aumento salarial de 40%.)

A estratégia d’*O Orientador* pretende elucidar o modo pelo qual “é feita uma greve numa fábrica”. Na verdade, essa gazeta visa enquadrar qualquer iniciativa de paralisação como uma greve tirada “no gancho” ou “no apito”. Segundo *O Orientador*, os trabalhadores nunca sabem que sua fábrica está em greve nem qual o motivo. Pior: não sabem que estão em greve; não sabem quem está em greve. Chegam ao trabalho, constata a agitação e se atemorizam com um “camarada” que diz para não entrar pois “todos estavam em greve”. “Mas é fácil saber que foram os comunistas”. Estes largam um volante dias antes e, na data marcada, chegam mais cedo e “ficam aguardando os operários para dizer-lhes que a fábrica está em greve”. “Basta ... isso para que corra a notícia entre todos os demais”. A parede acontece, “mas não foram os operários que a quiseram”. Uma paralisação traz vantagens? Nenhuma – pergunta e responde o boletim apócrifo. “Os comunistas, com a greve, obrigam a polícia a intervir”.²¹

O episódio da Rayon apresenta traços de exterioridade quando aos ativistas é imputada uma conclamação grevista na fila de desempregados. No discurso empresarial-policial, estamos na ante-sala da execração dos piquetes como esquadrões de arruaceiros e mortos de fome. Por outro lado, é claro que, diante da polícia, demover uma turma de sua necessidade de arrumar serviço para cruzar os braços era uma tarefa espi-

21 *O Orientador*, n.1, s. d. Aesp, setor DEOPS, 50-Z-435, fls. 167.

nhosa. Ao mesmo tempo, o temor à *revolta* operária em caso de o comitê de greve ser aprisionado dentro da fábrica indica não só para o peso de sua representatividade nos cálculos dos policiais, mas também para a possibilidade dos trabalhadores estarem inteirados dos acontecimentos.

Era bem esse o caso dos empregados da Companhia Química Rhodia Brasileira. Esta, em 21 de março de 1949, comunicou o Sindicato dos Químicos do ABC a sua negativa do *insistente* pedido de receber uma comissão de empregados. "Cumpre-nos informar", explicam-se o diretor gerente e um procurador, "que a Consolidação das Leis do Trabalho, pelo parágrafo terceiro de seu artigo 522, proíbe a constituição de comissões de salários ... pois somente os diretores dos sindicatos e, em particular, o presidente é que têm poderes legais de representação". Por isso, alegando seu fiel zelo da lei, "esta gerência não pode receber a comissão".²²

A comissão de salários fora incumbida por assembléias dos trabalhadores da Rhodia de representar homens e mulheres, operários e mensaisistas, diante da diretoria da empresa. Em um encontro preparatório, datado de 8 de abril, "por insistência de um membro da comissão de salários", os presentes acataram a conclamação em favor de um encontro mais amplo e representativo antes de deliberar sobre uma paralisação.²³

Encarregado de escrever o edital de convocação da nova reunião, marcada para o dia 18, o pecebista Rolando Fratti destacou a necessidade de encimá-lo com o nome do sindicato para envolver a entidade na iniciativa. Depois, quando prestava assistência a um integrante da comissão da Rhodia, ele advogou a escolha de uma comissão de greve composta de sessenta membros. Dividida em comandos de dez, essa comissão formaria um piquete. Suas táticas, segundo um espião policial, seriam as seguintes: "permanecer nos caminhos costumeiros" para fazer os operários voltarem às suas casas e enviarem grupos à assembléia, notificando os colegas do turno noturno da resolução de suspender a produção. Para evitar prisões, ninguém deveria ficar em rodinhas nos portões e imediações da usina. A fim de preservar o plano de "qualquer insucesso", a comissão de salários, composta de quatro membros, receberia apoio da célula do PCB.²⁴

22 Ofício, 21.3.1949. Aesp, setor DEOPS, 50-A-217, fls. 26.

23 Relatório, 12.4.1949. Aesp, setor DEOPS, 50-A-217, fls. 27.

24 Relatório, 16.4.1949. Aesp, setor DEOPS, 50-A-217, fls. 25. As citações do próximo parágrafo provêm dessa fonte.

Contrariando a oposição dos termos *oficial* e *livre* (próprios do sindicalismo paralelo), Fratti instruiu ainda que "o termo 'tomada' do sindicato" não era adequado para se usar na assembléia, "visto o mesmo pertencer aos operários". Para tranquilizar, garantiu ao seu contato na comissão que a Rhodia contaria com a solidariedade dos demais estabelecimentos. O relatório do policial gravou ainda as conversações de Carmem Savietto com a dita comissão de salários. Para Carmem, as operárias da Rhodia estavam "muito defensivas". Ou melhor: não eram contempladas pela militância dos homens. Em vista disso, iria conversar com Bruna Mazzo Fernandes a fim de conseguir um "elemento feminino de confiança" e assim estender a mobilização às mulheres. "IMPORTANTE:", alarmou-se o investigador, "haja ou não a realização da assembléia no sindicato, os operários irão à greve, pois não se poderá dominar a massa operária já bastante doutrinação para o fim colimado".

Na data da assembléia, ninguém chegou perto do sindicato, quanto mais tomá-lo. *O Estado* e o *Diário de São Paulo* deram pequenas notas noticiando sua interdição à "comissão de operários" da Rhodia, barreira levantada pelo Departamento Estadual do Trabalho, que foi garantida pelo DEOPS. Preocupada com a insatisfação operária na Rhodia, a polícia ainda tomou medidas para impedir sua "degeneração" em greve. Além de ser fornecedora das Forças Armadas, o episódio na Rhodia era vigiado de perto porque o ativismo de base desejava "agitar a classe, rotulando essa pretensão de 'reivindicação de direitos'"²⁵

Na jornada seguinte, o presidente do Sindicato dos Químicos do ABC Luiz Carmignole promoveu um encontro para explicar à base o motivo da intervenção policial. Na visão de um investigador policial, por causa de distintivos com o busto de Vargas espetados na lapela de seus paletós, os quinze presentes pertenciam à "ala queremista". Em suas explicações, Carmignole atacou diretamente os ativistas da Rhodia chamando-os de agitadores. Um membro da comissão de salários altercou-lhe a fala ponderando que uma reunião esvaziada como aquela não traria benefícios para a classe, debilitando "o movimento". Desfeito ao debate, o presidente "apontou aos presentes um investigador que se achava no recinto com o fito de demonstrar que a reunião era legal e contava com a assistência de um policial". Os trabalhadores preferiram aguardar a resposta das autoridades.²⁶

25 *Diário de São Paulo*, OESP, 19.4.1949. Aesp, setor DEOPS, 50-A-217, fls. 29, 28.

26 Relatório, 21.4.49. Aesp, setor DEOPS, 50-A-217, fls. 28.

Espreitados passo a passo, Fratti e seus camaradas na Rhodia – Puerta, Rinaldini, Vieira e Voltolim – decidiram editar o *Biriba Rhodiano* e inspiraram-se em um folhetim carioca distribuído na indústria Hime. Apontando falhas nas condições de trabalho, saído no início de maio, o *Biriba* chama Carmignole de “pelego” e “traidor”, acusando-o de estar “mancomunado” com autoridades policiais e trabalhistas. Por causa de seu não-comparecimento à fábrica, repreende o gozo das “delícias do imposto sindical”.²⁷

Depois de flagrar Puerta em posse de panfletos, além de incomodada com o segundo número do *Biriba*, a Rhodia foi além da sua proibição de ter negado ao mesmo Puerta o ato de conversar com seus colegas. Um relatório nos deixa saber que pretendia interrogar, em contato com a polícia, alguns empregados e esclarecer a origem e a distribuição do material apreendido. Comportando-se como um delegado, Alcebiades Massaine, inspetor geral da Rhodia, estava a cargo do “expurgo” dos ativistas e pretendia convocar

um dos elementos integrantes da célula e, debaixo até de violências, de portas fechadas obrigá-lo a confessar suas atividades, a procedências dos boletins e outros assuntos que interessam exclusivamente a esse departamento e não à indústria.²⁸

Em ação, Massaine contracenaria com Lourenço Rondinelle, funcionário dos “mais simpáticos aos trabalhadores”, escalado para oferecer “como de costume” uma “determinada importância” aos interrogados a título de indenização de sua demissão. “Geralmente”, anotou o delegado, “a companhia sempre teve em mira ficar livre dos elementos agitadores não se opondo a qualquer indenização”, mas o duro do Massaine vinha criando problemas ao pechinchar valores.

Frustrada pela polícia, uma tentativa de paralisação da Rhodia em 21 de dezembro desse ano de 1949 repõe com crueza os elementos da trama grevista do movimento operário. Apenas Ângelo Pinheiro apareceu para “pôr em prática a palavra de ordem ‘Greve’”, sendo capturado e conduzido à delegacia local. “Encarregado da ação da fábrica”, Rinaldini tentou liderar a suspensão das atividades. Identicamente detido, foi “responsabilizado pelo que pudesse acontecer”. Intimidado e intimidada-

27 Aesp, setor DEOPS, 50-A-217, fls. 30, 31, 32.

28 Ofício, 18.4.1949. Relatório, 25.5.1949. Aesp, setor DEOPS, 50-A-217, fls. 33, 34.

do, Rinaldini retornou à produção. “Sabemos”, diz a polícia, “que os proprietários estão providenciando ... o abono de Natal, independente de qualquer representação dos seus operários”. Essa representação, apesar dos contragolpes, da vigilância e da espionagem, resistia e contou com a participação de outros dois voluntários, que distribuíram dois volantes. Um era assinado pela “comissão pró-abono”, outro, pela “comissão provisória”.²⁹

No início do ano seguinte, ao chegar na delegacia o aviso de um novo plano de parada na Rhodia, o cerco repressivo – e o discursivo – parecem fechar-se com a ênfase em informações “estritamente reservadas”. Registrada a técnica de somar grevistas de uma fábrica a grevistas de outra fábrica, o segredo eram os coquetéis molotov em poder dos comunistas (“a fim de lançarem na fábrica”).³⁰ Sem nomes de membros de comissões para listar ou palestras entre dirigentes e ativistas para relatar o conteúdo, nem havendo elos entre ativistas e o chão da fábrica para revelar, a polícia já não tinha muito a fazer. No lugar de um comunicado, um bilhete. No lugar do temor à mobilização, o alarma da violência (como que a predispor-se para a violência).

VIII

Uma maneira de transferir lideranças populares para o organograma pecebista era profissionalizá-las como assistentes ou dirigentes. Nem sempre isso funcionou – sobretudo quando assistentes ou dirigentes se mantiveram na rede interpessoal dos movimentos sociais ou permaneceram nos cargos de que dispunham nas entidades (legalizadas) da sociedade civil. Por outro lado, muitos ativistas entraram na clandestinidade e perderam contato com experiências mais amplas, o que os forçava a serem defensores da linha partidária.

Graças às prestimosas delações prestadas à polícia por Ernesto Corraini (tesoureiro do SMABC em meados dos anos 1950), essa é a contraposição que transparece numa reunião (a portas fechadas) com o mesmo Corraini, Marcos Andreotti (presidente do SMABC), Fratti e Mário Fernandes (estes dois últimos pelo “Partido”). Os representantes do

29 Comunicado, 22.12.1949, panfletos. Aesp, setor DEOPS, 50-A-217, fls. 41, 40.

30 Bilhete, 12.1.1950. Aesp, setor DEOPS, 50-A-217, fls. 42.

PC no sindicato tentaram demover o sindicalista Andreotti de sua resistência à majoração das contribuições pagas ao PCB. "Perdendo de vez as estribelas", quando Andreotti ameaçou não pagar nada, ele alegou: "não estou aqui para dar dinheiro a quem não trabalha". Referindo-se ao custo de manter militantes assalariados (operários desobrigados de trabalhar), indagou "por que não afastam esses cinco inúteis que vocês têm aí fora da produção...?"³¹

Armando Mazzo também figura no fogo cruzado entre os compromissos assumidos com a direção pecebista e seus compromissos com a proposta de organizar os trabalhadores onde estes se encontrassem. "Pensem o que essa posição significou para os sindicalistas iguais a mim". "Agüentar essa parada ... foi dose", desabafou Mazzo (1991, p.135-6) a respeito da diretiz do supracitado sindicalismo paralelo. Todavia, talvez essa demanda por consideração não tenha sido levantada com a veemência necessária, pois parece ter predominado a "subserviência dos quadros operários", que eram pejorativamente chamados de "sindicaleiros".

O mesmo Mazzo aparece em fonte que nos deixa ver um terceiro PCB, o dos informantes e espões. Na opinião de "A.", Mazzo era "o elemento usado ... para manter entendimento político em nome do (P) com autoridades e políticos de outros partidos". Sua tarefa era levar a "orientação" da Federação Sindical Mundial (FSM) aos sindicatos e às Organizações de Base (OBs), sendo por isso encarregado da edição da *Gazeta Sindical*.³²

Quando esse periódico teve sua tiragem encerrada, o "Escritório" onde era redigido, que também era uma repartição legalizada, permaneceu ativo. Esse birô – na verdade a Fração Estadual Sindical – era igualmente responsável pela transmissão das diretivas "políticas" e "econômicas" para frações inferiores. Os dirigentes desses escalões deviam, então, repassar as diretivas para as OBs, que procurariam influenciar as assembléias.

Tal escritório era, portanto, a primeira instância pública onde transpiravam as orientações definidas – apenas em tese... – na calada da clandestinidade. A mesma voz do terceiro PC nos deixa ver o contraste entre os dois PCs. "A atividade do (P)", prossegue "A.",

31 Relatório, 27.10.1958. Aesp, setor DEOPS, 30-B-7, 135.

32 "Informação sobre a *Gazeta Sindical* (nome de todos os elementos que dirigem o escritório)". Aesp, setor DEOPS. 30-B-232, fls. 2424.

se desenvolvia em duas frentes: a legal e a ilegal. A legal era desenvolvida nos sindicatos, associações, congressos, através de elementos eleitos deputados e vereadores, em todo local onde se pudesse abrir uma sede, ali estaria o trabalho legal.

O trabalho ilegal era exercido pelos elementos de direção, assistentes e funcionários do (P). Esses tinham a incumbência de planificar em seus respectivos organismos as tarefas aprovadas pelo Comitê Central e controlar a sua aplicação pelos órgãos inferiores.

Esses comissários "viviam a maioria com nomes ilegais, anos e mais anos numa vida completamente clandestina". "Também vivi assim", admite o informante – e ex-dirigente – "A.". "Não se podia ir a um cinema, a um jogo de futebol ou dar um passeio, visitar um parente ou enviar carta pelo correio". Uma atitude dessas era considerada "'falta de vigilância' e 'ilusão de classe'". O militante era então taxado de "aventureiro" e "incapaz" já que poderia trazer consigo "rabo" (polícia).

Por causa dessas razões de segurança, a trajetória dos "'desligados da produção' era vasculhada e controlada pelas direções do (P), o passado de cada um também era esmiuçado pelo (P)". O que "A." trata de não explicitar é sua dupla cumplicidade – como dirigente e como informante – com a investigação da vida pessoal de gente metida com o partido, identificando-a, fornecendo dados e tecendo comentários.

Cabeça de dirigente ou de policial, "A." ateu-se à linha de pensar a organização política dos trabalhadores de cima para baixo, sugerindo uma coexistência pacífica entre as frentes legal e ilegal, como se a história dos movimentos sociais estivesse encerrada no PCB, sem discrepâncias e disputas. Em desalinho com o marxismo-leninismo, o próprio cotidiano de lazer ou sociabilidade a aludiu estava perpassado por outros eixos de força.

"Mesmo depois de ingressar no PCB, continuei um bom farrista", revela Hércules Corrêa (1994, p.47). "Na moita", brincava o Carnaval disfarçado, isto é, "fantasiado de havaiana – com meus cem impávidos quilos –, ou então de bebê, com chupeta, fralda e tudo". E a zona, o ano inteiro, era outro motivo para estripulias. Em sua campanha para deputado estadual, as prostitutas, "junto com o agrado final", entregavam santinhos e pediam votos. Bem antes, sempre na zona, ele encontra, pela primeira vez na sua vida, o fazer sindical, "por motoneiros e condutores de bonde, que lá se reuniam, depois do trabalho". Encantara-se, igualmente, com "a picardia dos malandros, jogando *ronda*".

Ainda mais, o futebol que "A." estava proibido de freqüentar fora o terreno em que o dirigente Eugênio Chemp se enraizou no Brasil. Solda-

dor e filiado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em maio de 1951, Chemp nasceu em Kiev (Ucrânia) e chegou ao Brasil aos sete anos em 1923. Na polícia, esclareceu que "requereu e obteve a naturalização justamente quando era futebolista, no Rio de Janeiro, no Botafogo de Regatas Futebol Clube", afirmando dispor, nos "seus guardados em casa", de documento comprobatório com a firma de Getúlio Vargas, datado em 1942.³³

Definitivamente, é preciso notar que a experiência da classe trabalhadora no Brasil comporta a auto-organização e práticas de solidariedade que definiram o divórcio coabitado da militância pecebista. Além disso, como foi visto, se Hércules Corrêa foi iniciado nas carreiras sindical e partidária com a meta de ser um membro do partido nos sindicatos, outros recolhiam seu cacife político nas bases, apostando em serem sindicalistas diante do partido.

Em caso contrário, em 1945 e 1946, as comissões de fábrica não teriam se imposto ao PCB, à aliança empresarial-policial, aos sindicatos e aos governos. E não teriam impulsionado tantas greves. Na seqüência, os trabalhadores então também não teriam descartado a conclamação de abandono dos sindicatos. Nem teriam ignorado a via autodestrutiva das confrontações a todo custo.

Isso porque, quando uma organização se propunha a *dirigir* as lutas sociais não era apenas com uma estratégia e uma pauta de reivindicações que se imprimia um norte a essas lutas, mas também com sua própria dinâmica e com outras motivações, não-declaradas. Ir, de modo "Político", isto é, partidário, ao encontro dos trabalhadores era ir disputar, na frente de massas, os rumos de sua formação com diversas outras redes de relações interpessoais. Legal ou apesar da lei, a frente de massas era distinta dos seletos encontros de quadros partidários e da espionagem em salvaguardados comitês centrais.

Os trabalhadores, por si próprios, se envolviam em conflitos e questões afora da "Grande Política" – não necessariamente "econômicos" ou "divisionistas". Na Guanabara, os favelados integravam a classe operária, disso Vinhas (1970, p.191, 198) bem sabia. Muitas vezes, não exatamente a seu gosto, conduziam a uma polarização "de massas populares num lado único, ou simétrico, frente às classes dominantes", absorven-

33 Após informar sua condição de ex-combatente constitucionalista de 1932, quando serviu o 3º Batalhão de Justiça, Chemp defendeu a exploração do petróleo pelo Estado para que o ouro negro não fosse "entregue a trustes estrangeiros". Ver: Termo de Declarações, 25.7.1949. Aesp, setor DEOPS, 50-B-58, fls. 112.

do o proletariado industrial e camadas pauperizadas das classes médias, formando um "contingente popular". Também segundo Vinhas, no Recife os subempregados e os marginalizados igualmente imprimiam seu caráter "individualista, instável e explosivo". Dilatando as fronteiras da classe, formavam "aglomerados de 'mocambos'", com pressões que davam "lugar à luta de classes".

IX

O fato de não se esquivar da confrontação prevalecente no chão das fábricas (mesmo as de propriedade da burguesia nacional) fez que o operariado se chocasse com a determinação dos industriais de garantir a harmonia das classes por meio do recurso à força e à Força Pública, a polícia de choque. Conseqüência disso, fato que ainda é pouco reconhecido, no período de 1945 a 1964, muitas fábricas foram o teatro onde os trabalhadores se organizaram em comissões com o fito de – autenticamente – fazer sindicalismo.

Nas fábricas onde as radicalizações da direita e da esquerda retiraram a militância operária do convívio com o dia-a-dia operário, a repressão visou à desmontagem e supressão de forças numericamente desfavorecidas, ou em retirada. Em outras usinas, a aliança empresarial-policial teve de se haver com a permanência de greves localizadas, aí denotando seu pressentimento quanto à existência de células e grupos de fábrica, bem como inquirindo suas articulações com reforços reunidos no lado de fora, em praças e ruas. Nesse ponto, transparece a meta de desligar uma coisa da outra – a fábrica da rua –, colocando na fábrica o trabalhador disciplinado, consciente e patriota e na rua, o encrenqueiro, o subversivo, o criminoso (pois a greve era um crime).

Enquanto o stalinismo exigia da sua militância a máxima fascista da fé, da obediência e do combate – *Credere, Obbedire, Combattere* –, os aparelhos de inteligência executavam seu serviço de identificar o ponto fraco e a hora do ataque certo, assegurando a vitória da aliança da polícia e grêmios empresariais, ambos adversários de um movimento operário anticapitalista no Brasil.

No imediato pós-guerra, a aliança empresarial-policial erodiu amplamente o extraordinário crescimento do PCB, uma conquista que este jamais refez. Abertos os arquivos da polícia política, é preciso somar mais um PC aos dois discernidos por Garcia, o partido dos donos do poder (feito de espias e delatores) incrustado no contraditório partido da

transformação política e social; os dois PCs e um terceiro, e suas relações com as experiências de luta dos trabalhadores – esse é o tema deste artigo.

Demonstrando capacidade de reaglutinar-se, o movimento operário retorna à cena no segundo governo Vargas, em 1953, com a “Greve dos 300 mil”. Reaproximados, mas não plenamente reconciliados, partidos, sindicatos e comissões de fábrica atuaram juntos.³⁴

É isso o que transpira da reunião do secretariado do PCB de Santo André com dirigentes do Comitê Estadual e do Central, cuja pauta discutiu a estruturação do partido do Ipiranga (zona sul de São Paulo) a Paranapiacaba (na cumeeira da Serra do Mar). Nos informes, Rolando Frattini leu balanço no qual estimou em 65 mil o número de eleitores dos comunistas. Ao indicar o volumoso crescimento populacional – em razão da chegada dos que escapavam “dos latifundiários e dos horrores da seca no Nordeste” –, ele contrastou: “o PCB cresce muito nos bairros, o que não acontece nas empresas”, citando práticas repressivas de demitirem os ativistas e de coibirem a sindicalização.³⁵

Esse era um PCB; o outro veio colado. Às campanhas salariais em curso, os debates agregaram as eleições, visando a mais uma “arrancada” dos comunistas. Ao buscar esmiuçar a razão de estarem ali, o sindicalista químico José Improta ouviu do dirigente Marighella uma resposta pronta e incisiva: “para melhor coordenar os trabalhos do partido”. “Somos revolucionários e, por isso, temos de ter coordenação nos nos-

34 Wolfe (1993), por exemplo, faz notar que as mulheres operárias têxteis destacavam nas comissões fabris e nas greves, mas não chegavam à direção dos sindicatos. Evidenciando lances posteriores dos embates entre os dois PCs, ao lembrar seu Curso Stalin, Corrêa (1994, p.8) escreveu que Diógenes Arruda se referia aos sindicalistas como “sindicaleiros”. Na raiz das diferenças, prossegue, estava a Resolução Sindical de 1952, favorável ao “reconhecimento de uma situação de fato”, o par PTB-PCB nos sindicatos e nas empresas – acatamento esse que provocava “arrepios em secretários como o Arruda”. Para Corrêa, era preciso desconfiar do modo como o PCB estigmatizava os “independentes”, tomando assim um posicionamento pró ou contra alianças. Colega de classe de Corrêa, o comerciário Moisés Vinhas “não abaixava a cabeça diante de figuras da direção” e se deu a pachorra de difundir que os artigos de Arruda na revista *Problemas* eram “mera tradução ... de um soviético chamado Silvalotov”. Por anos Arruda figurou na mira de Vinhas. Para este, o número dois do PCB encarnava um estilo de direção que reunia “leitura ‘catastrofista, apocalíptica, da realidade, esquerdismo delirante, estreiteza política e megalomania partidária”. Assim conduzido, o partido de massas da legalidade (1945-1947) aferrou-se a querer ser “um grande partido para um grande líder” (Prestes), fazendo da clandestinidade tanto um meio de vida quanto uma barreira para o contato com a sociedade, mantendo-se militarizado, funcionando com “práticas ‘mandonistas’” e “servilismo” (Corrêa, 1994, p.2, 8; Vinhas, 1982, p.134).

35 Comunicado, 19.5.1958. Aesp, setor DEOPS, 50-Z-341, fls. 210. As citações do próximo parágrafo provêm dessa fonte.

trabalhos. O QG funcionará em Santo André, de onde emanarão as orientações, e para onde deverão ser enviados os informes”, daí repassados para as instâncias superiores, de onde viriam “as orientações revolucionárias do Comitê Central”. Esse era o PC que via o operariado como um exército invencível – invencível, mas só quando disposto em planos de lideranças reunidas em sessões presumivelmente secretas, sem a presença do terceiro PC.

No lugar de prosseguir analisando essa tensa trajetória anos 1950 adentro, é preciso concluir e constatar que o partido que almejava ser o partido da classe operária, e que em vários momentos históricos efetivamente o foi, assim como os sindicatos o foram, estava, assim como os sindicatos estavam, na linha de fogo da mira dos serviços de inteligência, vigilância e sabotagem. Serviços estes, aliás, que não estavam apenas organizados na “odiosa polícia política”, mas também nas máquinas dos empresários e do governo federal.

Como vimos, até quando desejava ser simpático, Getúlio Vargas não dispensava os serviços da polícia. Na visita à Cerâmica São Caetano, que fora desinfectada de opositores, fez seu número de malabarismo e agradou patrões e operários, mediante o apelo do nacional-desenvolvimentismo. Desejando o aplauso que tinha, no Estádio do Pacaembu, por causa da “enxurrada” das massas, tolerou a mobilização da esquerda em prol do retorno da democracia. Com efeito, prática que foi herdada e repassada adiante, até o seu suicídio, a repressão política foi ator relevante em cenários de tolerância.

A atuação operária que a invenção do trabalhismo contemplou não comportava, em sua arquitetura, um partido de trabalhadores como o PCB. É para reforçar os vigamentos de sua engenharia que Vargas cria um partido para os trabalhadores (PTB).³⁶ Reanimados após anos de asfixia pelo Estado Novo, os sindicatos dinamizados por essa mesma invenção logo foram castrados pela Lei do Esforço de Guerra, que suspendeu direitos inscritos na CLT.

Tanto o trabalhismo quanto a CLT foram levados ao limite da sua reinvenção e ruptura ao serem postos em xeque pela efervescente “euforia de liberdade” do pós-guerra, pelo fenômeno do associativismo de

36 Embora não tivesse sido pensado como tal nem tenha sido um partido operário, o PTB foi apropriado pelos trabalhadores, mas aí se deparavam com delegados policiais e grandes empresários. De todo modo – por causa da ilegalidade do PCB, mas não somente por causa disto (porque o PCB não era a única voz em favor da justiça social) –, o PTB era canal da participação dos trabalhadores (ver Benevides, 1989; ver também Fortes, 2001, p.561-88).

base e pela dissidência das greves. Desde o início de sua implantação, que aliás não foi uma total ruptura com a história do pré-30, o corporativismo sindical conviveu com outro fenômeno: sua colonização por parte da classe trabalhadora e sua permeabilidade à luta de classes.

Sendo o operariado o sujeito, nesse processo duplo de reconhecimento (de ir sendo mapeado e de ser reconhecido como próprio), o sindicato podia vir a ser a casa do trabalhador – e, nisso, claro, o PCB era crucial. Pois era ativo em relevante aspecto: *agitar a classe, rotulando essa pretensão de "reivindicação de direitos"*. Esse impulso levou Dutra a novamente castrar os outorgados do varguismo, usando instrumental fornecido pelos próprios mentores do trabalhismo: os elos corporativistas de subordinação dos sindicatos às razões de Estado e a rede empresarial-policia de repressão política.

Vargas não deu a cidadania aos trabalhadores. A gosto seu, ele a reconheceu e a integrou na República. Agradecidos, os agraciados não renunciaram ao conflito. Mais ainda, não se mantiveram dentro das prescrições da cidadania regulada e forçaram sua ampliação, tanto a partir de quem estava incluído, quanto a partir de quem estava excluído. Por causa disso, a hostilidade de classe do governo Dutra acentuou não só o perfil antioperário do general-presidente, mas serviu para realçar o afável apelo do "pai dos pobres". Por isso os improvisados oradores de rua concitavam a defender a herança varguista e tanto incomodavam o PCB, que estava decidido a ofertar a Dutra um aperto de mão. No entanto, como disse Costa (1995, p.40), "o namoro com o governo resultou não em um par de alianças, mas em um par de algemas".

NEGRO, A. L. One Brazilian Communist Party is not enough, two is fine, three is too much. Working-class politics in the after World War II period. *História (São Paulo)*, v.21, p.251-282, 2002.

■ **ABSTRACT:** *This article embraces the proposition of considering a gap between the hierarchical and organizational structure of Brazilian Communist Party and its experience as means of social struggle. Locating it from the end of World War II onwards, I suggest it can also be found in the 50's. In addition, I offer an explanation that the Brazilian Communist Party was a disruptive political actor when Vargas invented the labor party. For it was, with workers, in the core of the reinvention of Trabalhismo.*

■ **KEYWORDS:** *Unions; labor party; communism.*

Referências bibliográficas

- ALEXANDER, A. *Organização do trabalho na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BENEVIDES, M. V. O *PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BUONICORE, A. Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952. *Cadernos AEL*, n.12/13, 2000.
- CORRÊA, H. *Memórias de um stalinista*. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994.
- COSTA, H. da. *Em busca da memória*. Organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo. São Paulo: Scritta, 1995.
- FORTES, A. Revendo a legalização dos metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945), FORTES, A. et al. *Na luta por direitos*. Estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- FORTES, A. "Nós do Quarto Distrito". A classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. Campinas, 2001. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia, Ciências e História, Universidade Estadual de Campinas.
- FORTES, A., NEGRO, A. L. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. *Trajetos. Revista de História UFC (Fortaleza)*, n.2, 2002.
- FRENCH, J. *O ABC dos operários*. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: Hucitec, 1995.
- GARCIA, M. A. Contribuições para uma história da esquerda brasileira. In: MORAES, R., ANTUNES, R., FERRANTE, V. (Org.) *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GARCIA, M. A. Notas sobre o PCB nos anos 40. Campinas, 1987. (Manuscrito).
- _____. Os desafios da autonomia operária: São Bernardo a (auto)construção de um movimento operário, *Desvios*, n.1, 1982.
- GOMES, A. de C. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, L., VELLOSO, M., GOMES, A. (Org.) *Estado Novo. Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- HALL, M. Corporativismo e fascismo. As origens das leis trabalhistas brasileiras. In: ARAÚJO, A. (Org.) *Do corporativismo ao neoliberalismo*. Estado e classe trabalhadora no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- JAMES, D. *Resistance and Integration*. Peronism and the Argentine Working Class, 1946-1976. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- MAZZO, A. *Memórias de um militante político e sindical no ABC*. São Bernardo: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1991.
- MEDICI, A. *Migração e urbanização*. São Paulo: Hucitec, 1993.

- MOISÉS, J. A. *Greve de massa e crise política*. São Paulo: Pólis, 1978.
- MUNHOZ, F. Sindicatos e democracia populista e a greve de 57. *Cadernos Ce-dec*, n.2, 1978.
- NEGRO, A. L. *Linhas de montagem*. O industrialismo automotivo e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). Campinas, 2001. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia, Ciências e História, Universidade Estadual de Campinas.
- NEGRO, A. L., SILVA, F. T. da. Trabalhadores, sindicatos e política. In: DELGADO, L., FERREIRA, J. (Org.) *História do Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v.3. (No prelo)
- PAOLI, M. C. *Labour, Law, and the State in Brazil: 1930-1950*. London, 1988. Tese (Doutorado) – Birkbeck College, University of London.
- SILVA, F. T. da. *A carga e a culpa*. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968. São Paulo: Hucitec, 1995.
- VALIM, A. *50 anos de luta*. Santo André: Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, s. d.
- VINHAS, M. *Estudos sobre o proletariado brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- _____. *O Partidão*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- WEFFORT, F. Origens do sindicalismo populista no Brasil. *Estudos Cebrap*, n.4, 1973.
- WOLFE, J. *Working Women, Working Men*. São Paulo and the Rise of Brazil's Industrial Working Class, 1900-1955. Durham: Duke University Press, 1993.



ARTIGOS/ARTICLES